

Trimestre Terceiro

Ano 2023

O presente boletim é realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp. Ele contém uma síntese de informações do mercado de trabalho brasileiro, por trimestre, a partir de recortes socioeconômicos e regionais de amplo interesse. Seu objetivo é facilitar o acesso aos dados oficiais do mercado de trabalho brasileiro.

A divulgação periódica acompanha a disponibilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua Trimestral) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua é uma pesquisa de caráter amostral e as estimações aqui apresentadas seguem os critérios de calibração e projeção populacional adotados pelo IBGE. A divulgação deste boletim é livre e gratuita e a reprodução das estatísticas calculadas é liberada, desde que citada a fonte.

Para maiores informações, análises mais detalhadas e contato com pesquisadores da área, acesse o site do CESIT.

Conteúdo

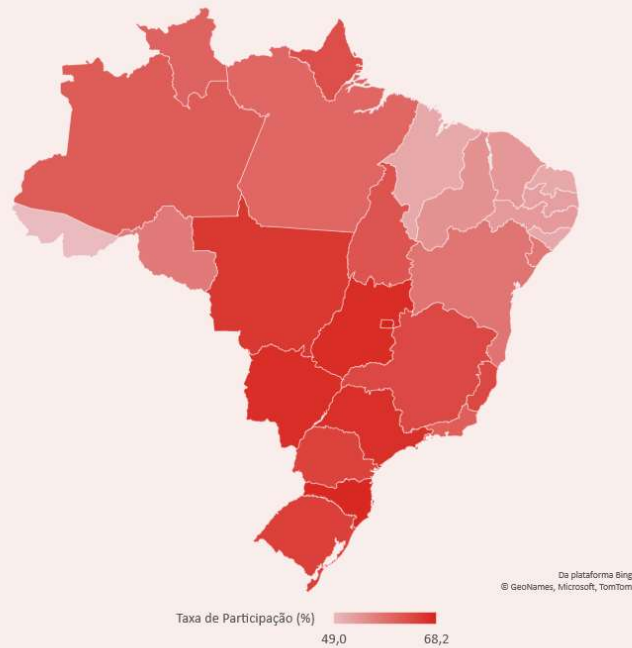
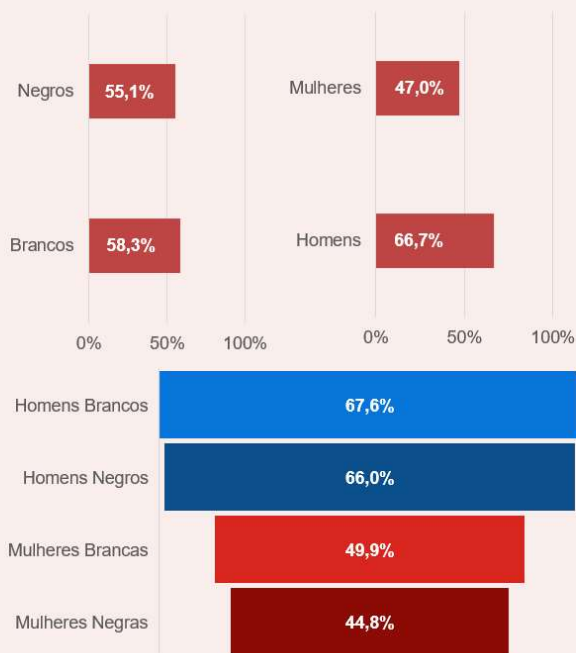
1. **Condição em relação à força de trabalho**
 - a. **Taxa de participação**
 - b. **População fora da força de trabalho**
 - c. **Razão do interrompimento da busca por trabalho**
2. **População ocupada**
 - a. **População na força de trabalho**
 - b. **Nível de ocupação**
 - c. **Taxa de ocupação**
3. **Desocupados**
 - a. **Desocupação**
 - b. **Desocupação entre jovens**
 - c. **Subutilização da força de trabalho**
 - d. **Tempo na busca por trabalho**
4. **Informalidade (metodologia CESIT)**

1. a. TAXA DE PARTICIPAÇÃO

61,8%

- A taxa de participação é o percentual de pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho em relação ao total de pessoas de 14 anos ou mais.
- **Cálculo:** percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa: $[PEA / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de participação (%)

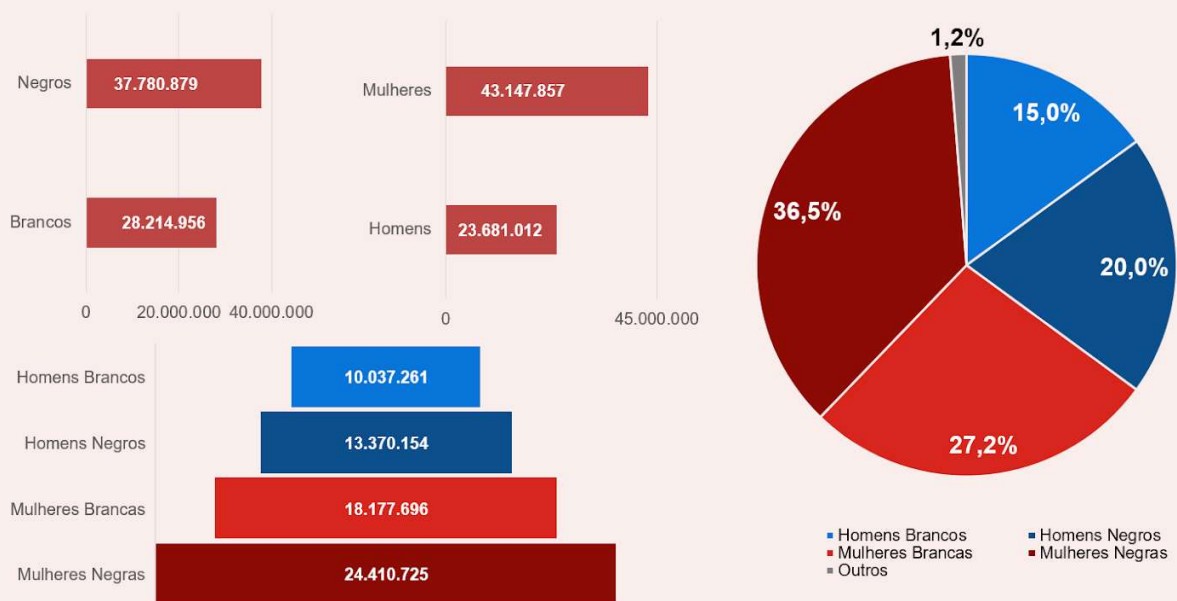
Acre	49,0	Maranhão	51,4	Rio de Janeiro	60,9
Alagoas	51,5	Mato Grosso	65,7	Rio Grande do Norte	51,4
Amapá	62,9	Mato Grosso do Sul	66,9	Rio Grande do Sul	64,8
Amazonas	61,1	Minas Gerais	63,8	Rondônia	57,4
Bahia	58,1	Pará	59,8	Roraima	60,3
Ceará	53,6	Paraíba	52,5	Santa Catarina	67,7
Distrito Federal	68,2	Paraná	64,5	São Paulo	66,6
Espírito Santo	63,6	Pernambuco	53,4	Sergipe	57,7
Goiás	67,2	Piauí	54,3	Tocantins	62,2

1. b. POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO

66,8 milhões

- São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência **as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência**. Isto é, pessoas que não estavam trabalhando nem buscando trabalho.
- **Cálculo:** pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas: PNEA.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População fora da força de trabalho (%)

Acre	51,0	Maranhão	48,6	Rio de Janeiro	39,1
Alagoas	48,5	Mato Grosso	34,3	Rio Grande do Norte	48,6
Amapá	37,1	Mato Grosso do Sul	33,1	Rio Grande do Sul	35,2
Amazonas	38,9	Minas Gerais	36,2	Rondônia	42,6
Bahia	41,9	Pará	40,2	Roraima	39,7
Ceará	46,4	Paraíba	47,5	Santa Catarina	32,3
Distrito Federal	31,8	Paraná	35,5	São Paulo	33,4
Espírito Santo	36,4	Pernambuco	46,6	Sergipe	42,3
Goiás	32,8	Piauí	45,7	Tocantins	37,8

1. c. RAZÕES PARA O INTERROMPIMENTO DA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta qual foi o principal motivo de não se ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

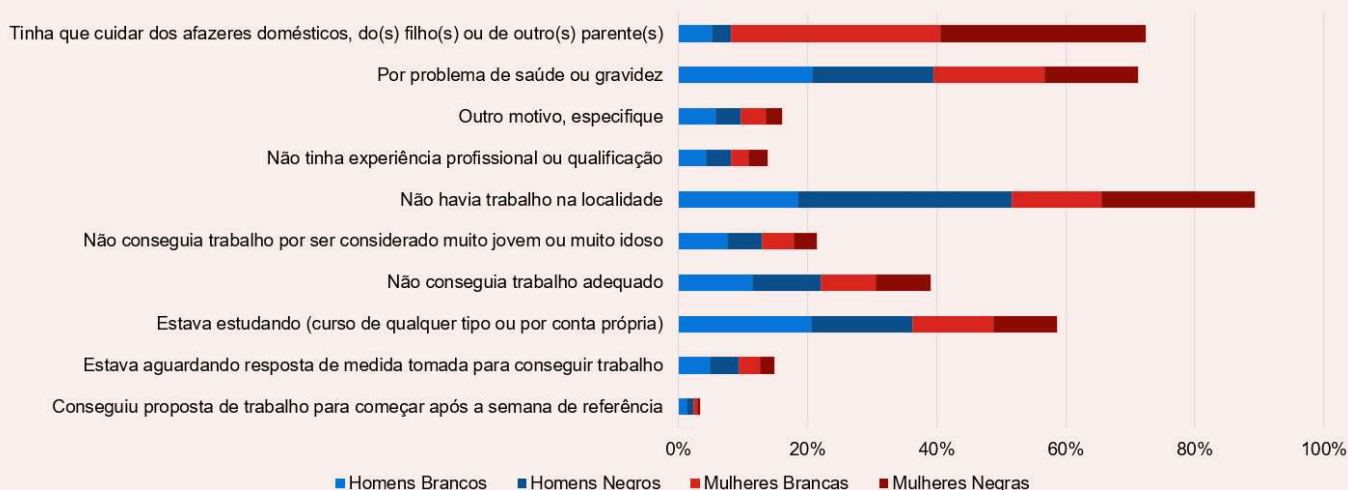
PANORAMA NACIONAL

Principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período (%)

Não havia trabalho na localidade	23,7
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	21,7
Por problema de saúde ou gravidez	16,8
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	12,9
Não conseguia trabalho adequado	9,4
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	4,8
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	3,5
Outro motivo, especifique	3,3
Não tinha experiência profissional ou qualificação	3,3
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	0,7

Valores por raça e gênero

No período de referência, o principal motivo de não tomar providência para conseguir um trabalho foi:



42%

Dos homens brancos que não procuraram trabalho no período de referência relataram **problema de saúde ou estavam estudando (21% cada)**.

32%

Das mulheres brancas que não procuraram trabalho no período de referência relataram que **tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)**.

33%

Dos homens negros que não procuraram trabalho no período de referência relataram **não haver trabalho na localidade**.

32%

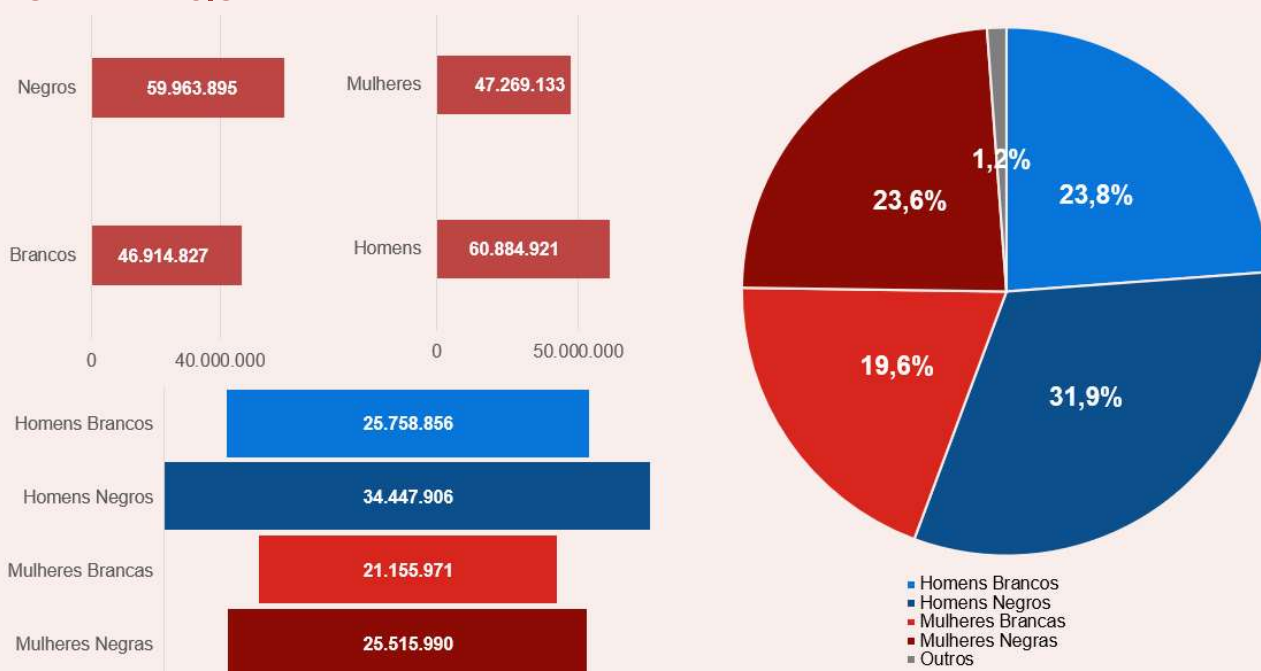
Das mulheres negras que não procuraram trabalho no período de referência relataram que **tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)**.

2. a. POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

108,2 milhões

- A população economicamente ativa é a **soma das pessoas ocupadas e desocupadas**. Ou seja, é composta das pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência (ocupadas) ou que, caso não ocupadas nesse período, tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** pessoas ocupadas + pessoas desocupadas: [PO + PD]

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População na força de trabalho

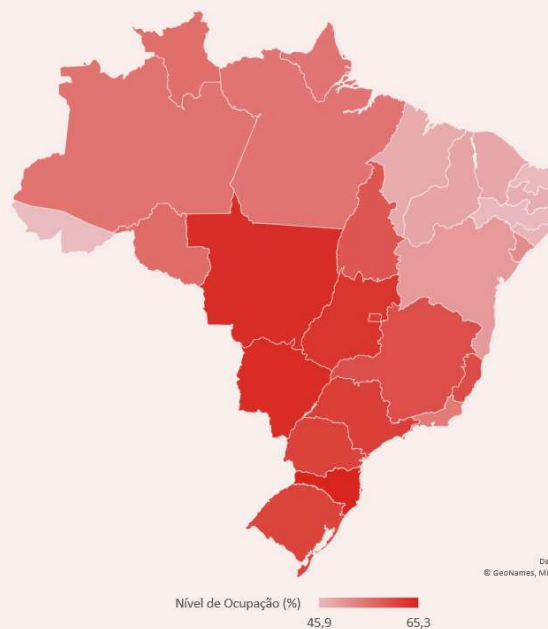
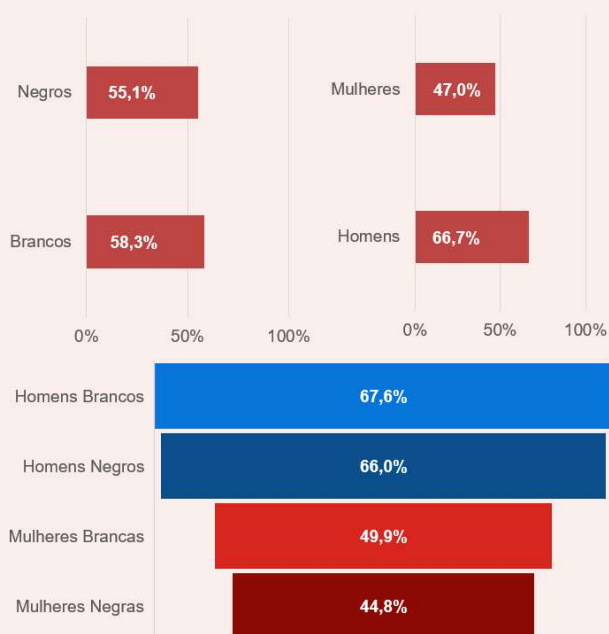
Acre	339.588	Maranhão	2.867.526	Rio de Janeiro	8.974.565
Alagoas	1.357.867	Mato Grosso	1.857.378	Rio Grande do Norte	1.496.984
Amapá	440.549	Mato Grosso do Sul	1.496.707	Rio Grande do Sul	6.173.844
Amazonas	1.957.044	Minas Gerais	11.295.154	Rondônia	852.943
Bahia	7.081.281	Pará	4.127.932	Roraima	271.550
Ceará	4.030.797	Paraíba	1.692.930	Santa Catarina	4.131.127
Distrito Federal	1.760.636	Paraná	6.188.185	São Paulo	26.061.215
Espírito Santo	2.157.244	Pernambuco	4.201.549	Sergipe	1.081.762
Goiás	4.026.812	Piauí	1.441.851	Tocantins	789.032

2. b. NÍVEL DE OCUPAÇÃO

56,5%

- O nível de ocupação mede o percentual de **pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar**, ou seja, à população em idade ativa. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa: $[Ocupados / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Nível de ocupação (%)

Acre	45,9	Maranhão	47,9	Rio de Janeiro	54,3
Alagoas	46,9	Mato Grosso	64,1	Rio Grande do Norte	46,3
Amapá	55,0	Mato Grosso do Sul	64,2	Rio Grande do Sul	61,3
Amazonas	55,3	Minas Gerais	59,9	Rondônia	56,1
Bahia	50,3	Pará	55,0	Roraima	55,7
Ceará	48,7	Paraíba	47,7	Santa Catarina	65,3
Distrito Federal	62,2	Paraná	61,5	São Paulo	61,9
Espírito Santo	60,1	Pernambuco	46,3	Sergipe	52,0
Goiás	63,3	Piauí	48,9	Tocantins	58,9

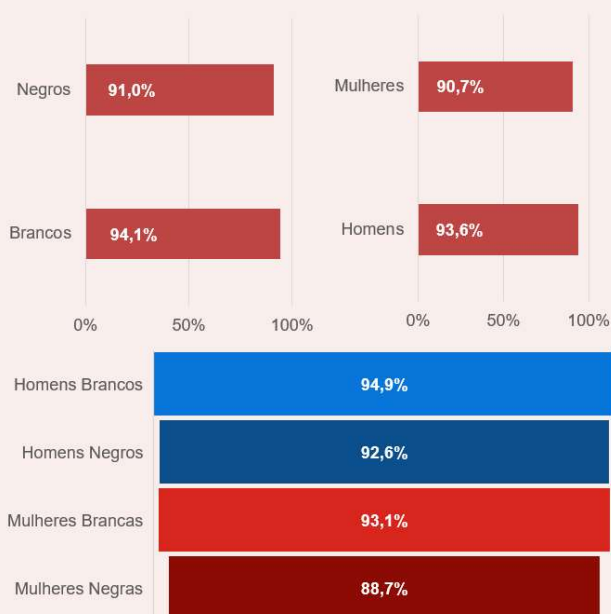
2.c. TAXA DE OCUPAÇÃO

91,96%

- A taxa de ocupação mede o percentual da população economicamente ativa que está ocupada. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$[\text{Ocupados} / \text{PEA}] \times 100$$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de ocupação (%)

Acre	93,8	Maranhão	93,3	Rio de Janeiro	89,1
Alagoas	91,0	Mato Grosso	97,6	Rio Grande do Norte	89,9
Amapá	87,4	Mato Grosso do Sul	96,0	Rio Grande do Sul	94,6
Amazonas	90,4	Minas Gerais	94,0	Rondônia	97,7
Bahia	86,7	Pará	92,0	Roraima	92,4
Ceará	90,8	Paraíba	90,7	Santa Catarina	96,4
Distrito Federal	91,2	Paraná	95,4	São Paulo	92,9
Espírito Santo	94,5	Pernambuco	86,8	Sergipe	90,2
Goiás	93,8	Piauí	90,1	Tocantins	94,6

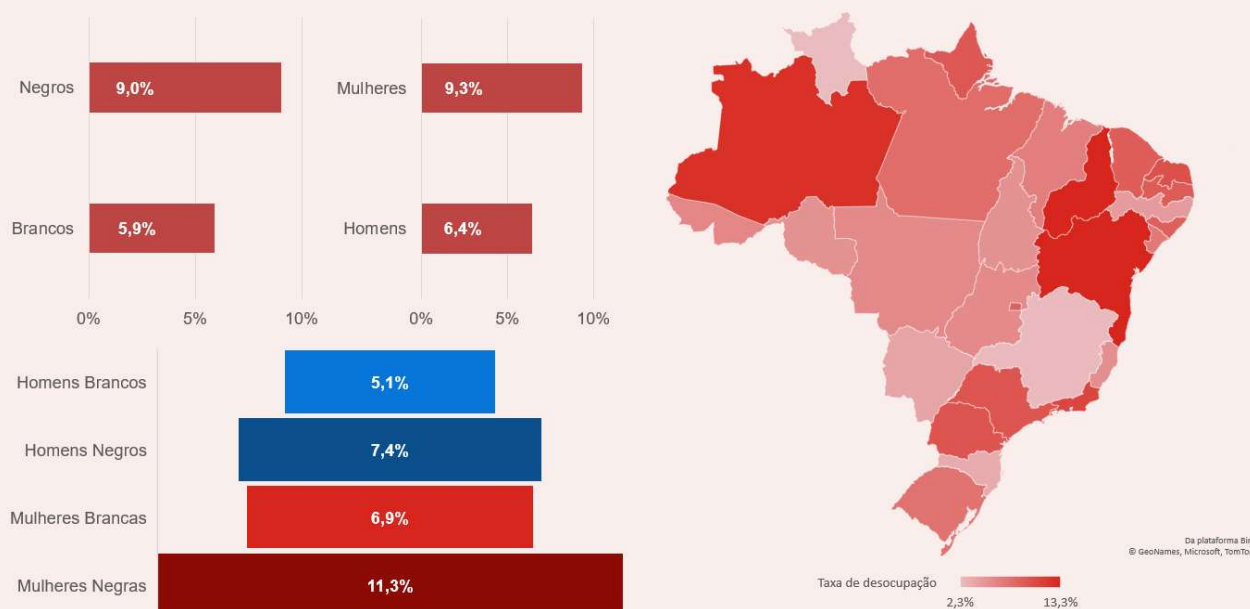
3. a. TAXA DE DESEMPREGO

7,7%

- A taxa de desemprego (ou desocupação) mede o **percentual da população na força de trabalho que está desocupada**. São classificadas como desocupadas na semana de referência: i) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência e; ii) as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$[\text{Desocupados} / \text{PEA}] \times 100$$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de desocupação (%)

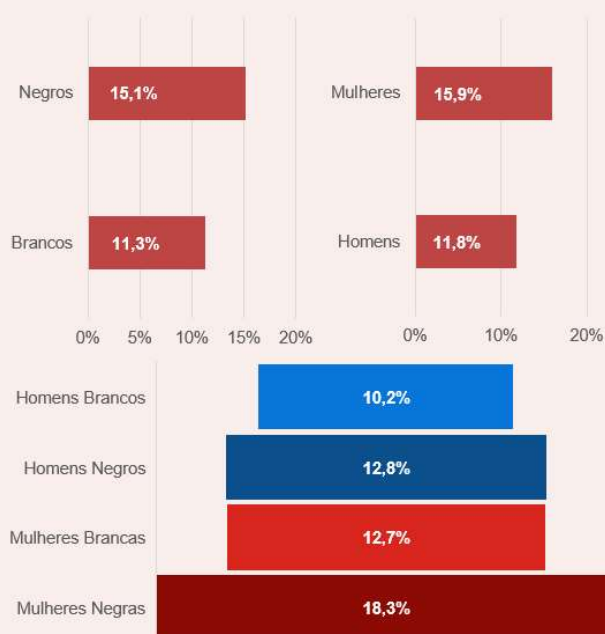
Acre	6,2	Maranhão	6,7	Rio de Janeiro	10,9
Alagoas	9,0	Mato Grosso	2,4	Rio Grande do Norte	10,1
Amapá	12,6	Mato Grosso do Sul	4,0	Rio Grande do Sul	5,4
Amazonas	9,6	Minas Gerais	6,0	Rondônia	2,3
Bahia	13,3	Pará	8,0	Roraima	7,6
Ceará	9,2	Paraíba	9,3	Santa Catarina	3,6
Distrito Federal	8,8	Paraná	4,6	São Paulo	7,1
Espírito Santo	5,5	Pernambuco	13,2	Sergipe	9,8
Goiás	5,9	Piauí	9,9	Tocantins	5,4

3. b. DESEMPREGO ENTRE JOVENS

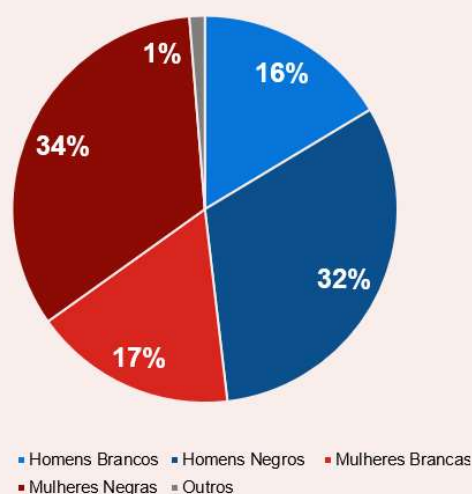
13,6%

- São considerados jovens trabalhadores de até 29 anos.
- **Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:
[Desocupados / PEA] x 100

PANORAMA NACIONAL



Dentre os jovens de 18 a 29 anos desempregados, os respectivos grupos são:



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR FAIXA ETÁRIA

Taxa de desocupação (%)

Faixa etária	Taxa de desocupação (%)	Desocupação rural (%)	Desocupação urbana (%)
14 a 16 anos	32,5	9,1	37,1
17 a 19 anos	25,2	16,2	26,4
20 a 24 anos	13,6	11,3	13,9
25 a 29 anos	8,6	7,1	8,8
30 a 39 anos	6,3	5,3	6,4
40 a 49 anos	5,3	3,9	5,5
50 a 59 anos	4,7	2,7	5,0
60 anos ou mais	3,2	0,8	3,6
Total	7,7	5,5	7,9

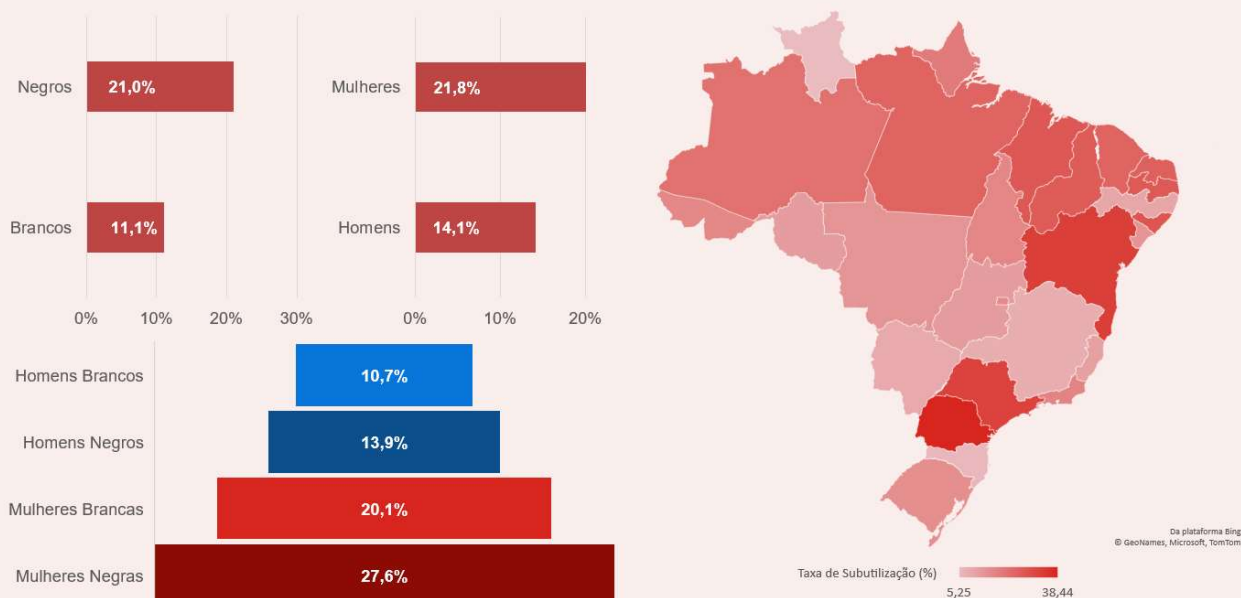
Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

3. c. SUBUTILIZAÇÃO

17,6%

- A **Subutilização da Força de Trabalho** (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação, que tem como objetivo **fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação**. Possui três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; e eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial (IBGE, 2023b).
- **Cálculo:** taxa composta de subutilização da força de trabalho: $[(\text{Desocupados} + \text{Subocupados} + \text{Força de Trabalho Potencial}) / (\text{PEA} + \text{Força de Trabalho Potencial})] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de subutilização (%)

Acre	16,6	Maranhão	27,1	Rio de Janeiro	17,4
Alagoas	27,8	Mato Grosso	8,4	Rio Grande do Norte	25,3
Amapá	21,6	Mato Grosso do Sul	9,3	Rio Grande do Sul	12,0
Amazonas	19,3	Minas Gerais	13,7	Rondônia	5,3
Bahia	32,8	Pará	24,6	Roraima	15,2
Ceará	24,6	Paraíba	26,7	Santa Catarina	6,1
Distrito Federal	16,1	Paraná	10,1	São Paulo	13,8
Espírito Santo	11,2	Pernambuco	26,2	Sergipe	31,8
Goiás	12,0	Piauí	38,4	Tocantins	16,8

3. d. TEMPO DECORRIDO NA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta, considerando até o último dia da semana de referência, quanto tempo fazia que se estava sem qualquer trabalho e tentando conseguir trabalho.

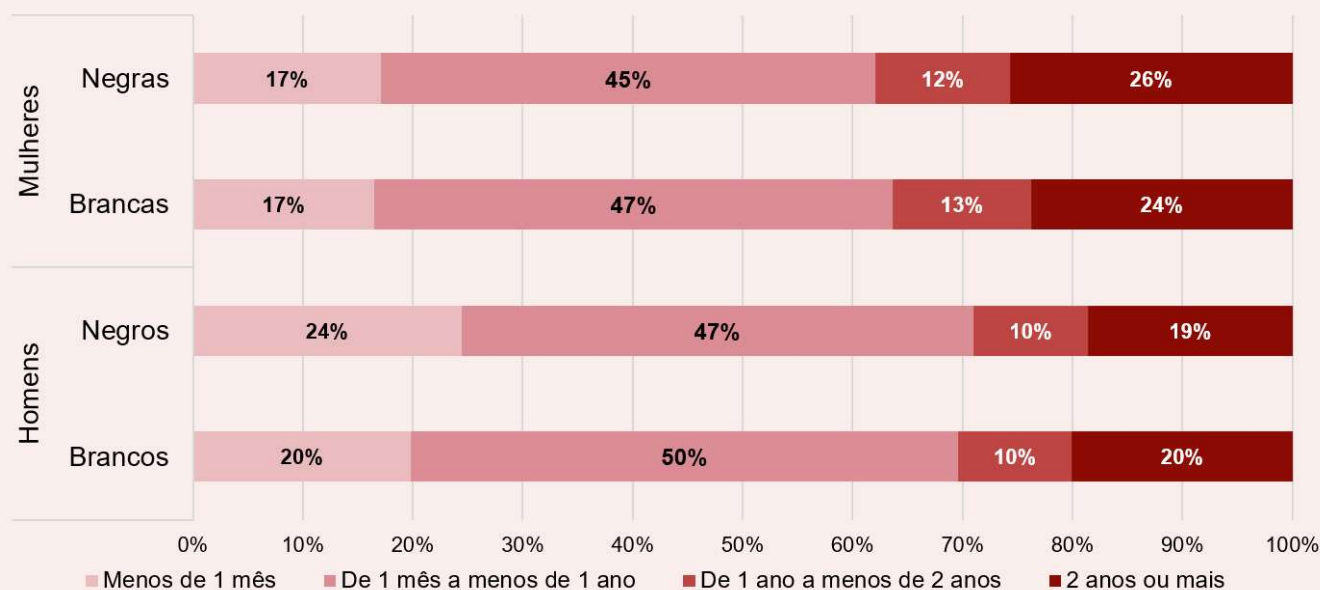
PANORAMA NACIONAL

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)

Menos de 1 mês	19,6
De 1 mês a menos de 1 ano	46,6
De 1 ano a menos de 2 anos	11,4
2 anos ou mais	22,4

Valores por raça e gênero

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)



20%

Dos homens brancos que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

19%

Dos homens negros que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

24%

Das mulheres brancas que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

26%

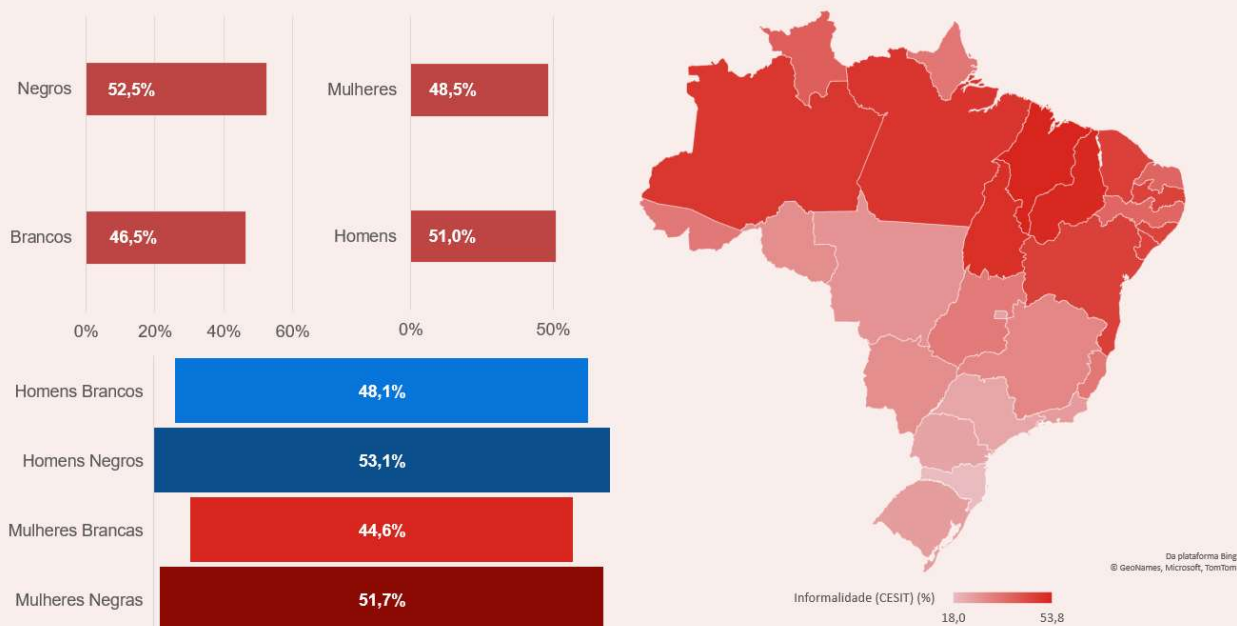
Das mulheres negras que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

4. INFORMALIDADE (METODOLOGIA CESIT)

49,9%

- A taxa de informalidade representa o percentual dos trabalhadores brasileiros ocupados que não têm acesso aos direitos trabalhistas. Na proposta de cálculo do CESIT, são considerados informais **os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares auxiliares.**
- Cálculo:** percentual de informais com relação à população ocupada: $[\text{Informais} / \text{PO}] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de informalidade (CESIT) (%)

Acre	33,8	Maranhão	53,8	Rio de Janeiro	25,8
Alagoas	46,5	Mato Grosso	27,7	Rio Grande do Norte	38,4
Amapá	34,3	Mato Grosso do Sul	28,9	Rio Grande do Sul	25,4
Amazonas	49,5	Minas Gerais	30,5	Rondônia	28,9
Bahia	47,2	Pará	49,9	Roraima	39,9
Ceará	47,5	Paraíba	46,7	Santa Catarina	18,0
Distrito Federal	24,2	Paraná	23,8	São Paulo	23,0
Espírito Santo	33,9	Pernambuco	38,1	Sergipe	46,6
Goias	33,3	Piauí	52,6	Tocantins	51,3

CESIT

Centro de Estudos Sindicais e de
Economia do Trabalho

RECONHECIMENTO



A realização deste boletim foi possibilitada pela parceria entre o CESIT e o **Fundo Brasil**. O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social. Para saber mais sobre a organização acesse o site www.fundobrasil.org.br.

REFERÊNCIAS

- IBGE.2023a. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#). 3º trimestre de 2023. Microdados.
- IBGE. 2023b. [Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho](#). 1º trimestre de 2023.
- IBGE. 2016. [Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#).